SPBW Parques e Entretenimento S.A. CNPJ: 36.636.947/0001-30
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente

Balanço patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	8	86	352
Clientes	9	724	1.602
Adiantamentos de terceiros	10	309	926
Tributos a recuperar		50	5
Despesas pagas antecipadamente		352	151
		1.521	**3.036**
Não circulante			
Outros créditos		177	-
Imobilizado	11	64.897	62.325
		65.074	**62.325**
Total do ativo		**66.595**	**65.361**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		946	2.535
Debêntures a pagar	16	9.968	-
Empréstimos e financiamentos	17	5.078	22.184
Obrigações tributárias	12	285	1.412
Obrigações sociais e trabalhistas	13	599	246
Outras obrigações	14	2.570	2.551
Dividendos a pagar	15.2	9.569	3.715
		29.015	**32.643**
Não circulante			
Obrigações tributárias	12	480	-
Empréstimos e financiamentos	17	9.293	69
		9.773	**69**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	200	200
Reservas de capital	19.2	27.103	27.103
Reservas de lucros	19.3	504	196
Outras reservas		-	5.150
		27.807	**32.649**
Total do passivo e patrimônio líquido		**66.595**	**65.361**

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	6.162	1.401
Resultado abrangente total	**6.162**	**1.401**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	**6.162**	**1.401**
Ajuste ao resultado de itens sem movimento de caixa:		
Depreciação e amortização	3.051	249
Apropriação de juros	3.717	2.655
(Aumento) Redução em contas a receber	878	(1.602)
(Aumento) Redução em adiantamento de terceiros	617	(871)
(Aumento) Redução em tributos a recuperar	(45)	1
(Aumento) Redução em despesas pagas antecipadamente	(201)	(151)
(Aumento) Redução em outros créditos	(177)	-
Aumento (Redução) em fornecedores	(1.589)	2.219
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	(244)	1.569
Aumento (Redução) em obrigações sociais e trabalhistas	353	246
Aumento (Redução) em outras obrigações	19	2.550
Disponibilidades geradas nas operações	12.541	8.266
Imposto de renda e contribuição social pagos	(403)	(198)
Juros pagos	(4.072)	(1.485)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**8.066**	**6.583**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(5.817)	(36.333)
Baixas de imobilizado	194	17
Disponibilidades liquidas aplicadas nas atividades de investimento	**(5.623)**	**(36.316)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos/Debêntures/Financiamentos tomados	4.060	21.083
Pagamentos Empréstimo/Debêntures/Financiamentos	(6.769)	-
Reversão adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.150
Disponibilidades liquidas aplicadas nas atividades de financiamento	**(2.709)**	**26.233**
Redução nas disponibilidades	**(266)**	**(3.500)**
Disponibilidades no início do período	**352**	**3.852**
Disponibilidades no final do período	**86**	**352**

Demonstração do resultado do exercício Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional liquida	20	29.592	10.591
Custos da prestação de serviços	21	(15.648)	(1.908)
Lucro bruto		**13.944**	**8.683**
Despesas administrativas e operacionais	21	(3.549)	(3.566)
Outras receitas operacionais		-	1
Resultado operacional		**10.395**	**5.118**
Resultado financeiro líquido	22	(4.028)	(2.714)
Resultado operacional líquido		**6.367**	**2.404**
IR e contribuição social corrente	23	(205)	(1.003)
Lucro líquido do exercício		**6.162**	**1.401**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Capital Ágio na emissão de ações	Reservas Lucros Reserva legal	Reservas Lucros Reserva a disposição da assembleia	Reserva AFAC.	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patr. líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	**200**	**29.900**	**-**	**-**	**-**	**(287)**	**29.813**
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	1.401	1.401
Absorção do Prejuízo acumulado com Reserva de capital	-	(2.797)	-	-	-	2.797	-
Constituição reserva legal	-	-	196	-	-	(196)	-
Constituição de dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.715)	(3.715)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	5.150	-	5.150
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**200**	**27.103**	**196**	**-**	**5.150**	**-**	**32.649**
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	6.162	6.162
Constituição reserva a disposição da assembleia	-	-	-	308	-	(308)	-
Constituição de dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(5.854)	(5.854)
Transfer. reserva legal para reserva a disposição da assembleia	-	-	(156)	156	-	-	-
Devolução de AFAC	-	-	-	-	(150)	-	(150)
Reversão de AFAC em debêntures	-	-	-	-	(5.000)	-	(5.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**200**	**27.103**	**40**	**464**	**-**	**-**	**27.807**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: SPBW PARQUES E ENTRETENIMENTOS SA, pessoa jurídica de direito privado como Sociedade Anônima de Capital Fechado, cadastrada no CNPJ: 36.636.947/0001-30, com sede a Avenida Queiroz Filho, S/N, Setor Rodas, Bairro Vila Hamburguesa, em São Paulo, Estado de São Paulo, tem como operações: Atividade de entretenimento e exploração de parques de diversão e parques temáticos; holdings de instituições não financeiras; agenciamento de espaços para publicidade; atividades de produção de fotografias e vídeos; prestação de serviços de produção, distribuição, intermediação e/ou comercialização de ingressos, tickets, pacotes turísticos, sejam estes em bilheterias, via internet, por telefone e/ou entrega em domicílio, ou por qualquer outro meio, para quaisquer tipos de eventos esportivos, culturais, históricos ou de entretenimento, tais como, museus, lugares e prédios históricos, espetáculos, cinemas, ginásios, estádios, teatros, parques de diversões; aluguel de imóveis próprios; atividade de consultoria em gestão Companhiaria, exceto consultoria técnica especifica; intermediação e agenciamento de serviços e negócios. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 09/12/2022. Durante a fase pré-operacional, os gastos que se enquadravam como ativos capitalizáveis foram adicionados ao ativo imobilizado. Aqueles gastos que não possuíam características para serem reconhecidos como ativo foram reconhecidos, quando incorridos, como despesa no resultado do exercício. Quando do início das operações houve a absorção do prejuízo incorrido até aquele momento de fase pré-operacional passando a partir de então a gerar resultados positivos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R$ 27.494 (2022 – R$ 29.607). A Companhia projeta, com base nos seus orçamentos, que não terá problemas com o seu fluxo de caixa bem como com a continuidade operacional das suas atividades, no entanto, caso haja necessidade de suporte financeiro, o mesmo será suprido pelos acionistas à medida que a operação exija, principalmente por se tratar do início das operações.

2 Base de preparação Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas, tomando-se como base os termos da NBC TG 1000 aprovada pela resolução do CFC nº 1255/2009. Na eventualidade de incorrerem eventos materiais não cobertos pela NBC TG 1000, a Companhia referencia-se a lei nº 6.404/76, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração no dia 09 de Maio de 2024.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

4 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. **Imobilizado:** Determinação de vida útil e do valor do retorno dos ativos; e **Provisão para contingências:** Probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de instrumentos financeiros derivativos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6 Mudanças nas política contábeis e divulgações: Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas nas demonstrações apresentadas.

7 Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de ingressos. Estão registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando contratadas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos. Todos os outros ativos imobilizados são reconhecidos ao custo histórico menos a depreciação. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcione aumento dos benefícios econômicos futuros sendo baixado o valor contábil das peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada pelo método linear tendo como referência o valor do custo menos o valor residual e a vida útil remanescente. Conforme as taxas divulgadas na nota explicativa 11. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. ***(i) Perda estimada no valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):*** Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos não financeiros estejam desvalorizados, levando em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, como também os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independentemente da existência de evidências. Para os outros ativos é avaliada a existência de indicadores que o valor esteja desvalorizado, caso positivo, o teste é realizado. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Nas situações nas quais o valor recuperável se mostrar inferior ao contábil é reconhecida uma perda com contrapartida no resultado do exercício. **Ativos financeiros:** ***(i) Classificação***: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. ***(ii) Reconhecimento e desreconhecimento:*** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. ***(iii) Mensuração***: No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. ***(iv) Compensação:*** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. ***(v) Impairment:*** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetária. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras. Os empréstimos, financiamentoe e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como despesa financeira. **Capital social:** As quotas são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **Receita com cliente:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança e (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade. As receitas, em geral, são reconhecidas no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas e custos, elas são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e serão refletidas no resultado no período em que a Administração toma conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. **Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeira são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **Imposto de renda e contribuição social:** A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi calculada pelo regime de apuração "Lucro presumido". A base de cálculo para o imposto de renda e para a contribuição social é determinada com a aplicação de 32% sobre o faturamento dos serviços, sobre estes resultados são acrescidos as receitas financeiras e outras receitas operacionais. Sobre a base de cálculo incide a alíquota de 15% e a alíquota adicional de 10% sobre o excedente da base de cálculo ao valor resultante da multiplicação de R$ 20 pelo número de meses do respectivo período de apuração, enquanto para a contribuição social, sobre a base de cálculo incide a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. ***(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa – numerário em espécie	32	75
Bancos e aplicações financeiras	54	277
	86	**352**

Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez imediata. A qualquer tempo, podem ser resgatadas, dependendo simplesmente da necessidade de caixa, motivo pelo qual estão classificadas no ativo circulante. As aplicações financeiras referem-se a aplicações em CDB/DI e estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados com base nas taxas de remuneração de cada título, as quais variam de 90% a 95% do CDI.

9 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber decorrente da venda de ingressos	724	1.602
	724	**1.602**

Os valores a receber são decorrentes de transações usuais, referente a venda de ingressos, apropriadas segundo o regime de competência. As receitas de serviços são reconhecidas mensalmente pelo valor do serviço no período que efetivamente foram prestados. Os valores a receber estão registrados no ativo circulante, por se tratar de recebimentos de curto prazo. Não foram registradas provisões de perda, pois nenhum título está vencido a mais de 180 dias.

10 Adiantamentos a terceiros: Refere-se a adiantamentos a fornecedores para aquisição de imobilizado e com despesas operacionais. A Administração prevê que os valores sejam realizados em menos de um ano.

	2023	2022
Adiantamento a fornecedores para aquisição imobilizado	246	840
Adiantamento a fornecedores para despesas operacionais	63	86
	309	**926**

11 Imobilizado: As composições dos saldos estão assim demonstradas:

	Taxa anual depreciação%	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Líquido	2022 Líquido
Veículos	20%	160	(39)	121	88
Máquinas e equip.	5% e 10%	38.430	(2.106)	36.324	36.783
Móveis e utensílios	10%	176	(20)	156	128
Comp. e periféricos	20%	127	(39)	88	113
Aparelhos telefônicos	20%	12	(4)	8	11
Benf. em imóveis de terc.	4%	26.185	(1.093)	25.092	25.202
Imobilizado em andamento		3.108	-	3.108	-
Total		**68.198**	**(3.301)**	**64.897**	**62.325**

As movimentações do imobilizados estão assim demonstradas:

	Saldo 2022	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo 2023
Veículos	88	56	-	(23)	121
Máquinas e Equipam.	36.783	1.505	(13)	(1.951)	36.324
Móveis e Utensílios	128	44	-	(16)	156
Computadores e Periféricos	113	1	-	(26)	88
Aparelhos telefônicos	11	-	-	(3)	8
Benf. em imóv. de terc.	25.202	1.103	(181)	(1.032)	25.092
Imobilizado em andamento	-	3.108	-	-	3.108
Total	**62.325**	**5.817**	**(194)**	**(3.051)**	**64.897**

	Saldo 2021	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo 2022
Veículos	-	104	-	(16)	88
Máquinas e Equipamentos	58	36.895	(17)	(153)	36.783
Móveis e Utensílios	-	132	-	(4)	128
Computadores e Periféricos	5	121	-	(13)	113
Aparelhos telefônicos	-	12-	-	(1)	11
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	25.263	-	(61)	25.202
Imobilizado em andamento	26.195		-		(26.195)
	-		-		
Total	**26.258**	**62.527**	**(26.212)**	**(248)**	**62.325**

A depreciação dos ativos é calculada usando-se o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a análise dos indicativos de impairment estabelecidos pela CPC PME (R1) – Contabilidade para pequenas e médias Empresas e não identificou indícios de que seu ativo imobilizado estivesse registrado acima de seu valor de realização.

12 Obrigações tributárias

	2023	2022
COFINS a recolher	1	156
PIS a recolher	-	34
CSLL a recolher	4	206
IRPJ a recolher	5	560
IRRF a recolher	2	4
ICMS a recolher	3	-
ISS a recolher	93	309
ISS retido a recolher	5	33
CSRF retido a recolher	8	11
INSS retido a recolher	16	99
Parcelamento tributos federais	148	-
Total curto prazo	**285**	**1.412**

	2023	2022
Parcelamento tributos federais	480	-
Total longo prazo	**480**	**-**

13 Obrigações sociais e trabalhistas

	2023	2022
Pró-labore e salários a pagar	140	104
Rescisão a pagar	-	3
INSS a recolher	168	87
FGTS a recolher	38	11
IRRF folha a recolher	11	1
Provisões de férias a pagar	242	40
	599	**246**

14 Outras obrigações

	2023	2022
Adiantamentos de clientes	1.936	1.825
Cartão de crédito a pagar	5	-
Seguros a pagar	361	152
Gastos a serem reembolsados	12	30
Receitas de terceiros a repassar	256	544
Total	**2.570**	**2.551**

17 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Indexador	Circulante	Não circulante	2023	Não circulante	circulante	2022
Empréstimo n°101122050001600	2,89% a.a.	100% CDI	266	487	753	1.515	-	1.515
Empréstimo n° 101122060001100	3,31% a.a.	100% CDI	-	-	-	2.160	-	2.160
Empréstimo nº 101122070000400	3,23% a.a.	100% CDI	355	649	1.004	1.612	-	1.612
Empréstimo nº 101122030000600	2,54% a.a.	100% CDI	4.258	7.783	12.041	12.579	-	12.579
Empréstimo nº 101122010000400	2,50% a.a.	100% CDI	177	325	502	4.296	-	4.296
Banco Itaú - financiamento veículo			22	49	71	22	69	91
Total			**5.078**	**9.293**	**14.371**	**22.184**	**69**	**22.253**

Em agosto de 2023, foram realizados aditamento nos contratos de empréstimos do Itaú Unibanco SA,referente aos contratos de nº 101122050001600. 101122070000400, 101122030000600, 101122010000400, alterando o cronograma de pagamentos do principal e juros. Com novo cronograma de pagamento, o vencimento das parcelas iniciaram em 18 de setembro de 2023 e com término em 17 de agosto de 2026. As movimentações dos empréstimos estão assim demonstradas:

	2023	2022
Saldo do início do exercício	22.253	-
Captações	-	21.083
Juros e atualizações	2.959	2.655
(-) Pagamentos do principal	(6.769)	
(-) Pagamentos dos juros	(4.072)	(1.485)
Saldo no final do exercício	**14.371**	**22.253**

18 Contingências: A Companhia não mantém processos judiciais como polo passivo, com risco de perda possível ou provável. Desta forma a administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

19 Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social integralizado é de R$ 200, composto por 100.000 ações ordinárias e 100.000 ações preferenciais, sem valor nominal. Reserva de capital: Foi constituído ágio da emissão de ações no valor de R$29.900 referente a contribuição do subscritor de ações que ultrapassou o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassou a importância destinada à formação do capital social, conforme ata registrada em 21 de setembro de 2021. Em 2022, foi absorvido os prejuízos acumulados com reserva de capital no valor de R$ 2.797, conforme ata registrada em 20 de outubro de 2022, resultando no saldo na conta de reserva de capital no valor de R$27.103. Reserva de lucros: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício até que atinja a 20% do capital social, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas. Em 2023, foi realizado transferência do valor de R$ 156 para reserva a disposição da assembleia, pois o saldo da reserva legal ultrapassou o limite de 20% do capital social, ficando com saldo de R$ 40. Em 2023 foi destinado do lucro do exercício para reserva de lucros a disposição da assembleia o valor de R$ 308, conforme disposto no estatuto social.

20 Receita

	2023	2022
Prestação de serviço	29.430	11.355
Receita de locação	869	52
Deduções da Receita Bruta		
(-) ISS	(634)	(492)
(-) PIS (a)	(13)	(58)
(-) COFINS (a)	(60)	(266)
Total da receita operacional líquida	**29.592**	**10.591**

(a) Com a derrubada do veto relacionado ao Art. 4º da Lei 14148 de maio/2022, a partir de novembro de 2023 a Companhia passou a utilizar o benefício do Perse, ficando reduzida a zero a alíquota de PIS, COFINS para a venda de ingressos do parque.

21 Custos e despesas por natureza e função

	2023	2022
Gastos com pessoal	3.915	597
Gastos gerais	2.241	26
Materiais auxiliares e de consumo	1.288	250
Utilidades e serviços	2.552	148
Aluguéis e arrendamentos	2.601	548
Depreciações e amortizações	3.051	185
Custos dos serviços prestados	**15.648**	**1.908**
Gastos com pessoal	159	11
Propaganda e publicidade	581	173
Viagens e representações	374	556
Ocupação	-	529
Depreciações e amortizações	-	64
Utilidades e serviços	15	4
Despesas com veículos	7	12
Despesas gerais	107	127
Honorários contábeis	132	87
Seguro de bens	16	56
Serviços profissionais	1.099	364
Bens de pequeno valor	25	28
Serviços de consultoria	571	516
Honorários Advocatícios	42	25
Serviços de auditoria	63	-
Organizações de festas e eventos	298	995
Despesas tributárias	60	19
Despesas administrativas e operacionais	**3.549**	**3.566**

22 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Descontos Obtidos	-	9
Rendimento de Aplicação Financeira	43	152
	43	**161**
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(2)	(3)
Juros e IOF sobre empréstimos	(3.717)	(2.655)
Demais juros pagos ou incorridos	(238)	(206)
Multas	(77)	-
Variação cambial passiva	(1)	
IOF	(36)	(11)
	(4.071)	(2.875)
Resultado financeiro	**(4.028)**	**(2.714)**

23 Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receitas de prestação de serviços	29.430	11.355
Receitas de Locações	869	52
Receitas beneficiadas pelo Perse (a)	(28.311)	(2.527)
Receitas tributadas	**1.988**	**8.880**
Alíquota	**32%**	**32%**
Base de cálculo presunção	636	2.842
Outras Receitas	-	9
Rendimentos Financeiros Tributados	33	156
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	**669**	**3.007**
Alíquota aplicável IRPJ	**15%**	**15%**
	100	**451**
Adicional 10%	**45**	**281**
Total corrente IRPJ	**145**	**732**
Alíquota aplicável CSLL	**9%**	**9%**
Total corrente CSLL	**60**	**271**

(a) Com a derrubada do veto relacionado ao Art. 4º da Lei 14148 de maio/2022, a partir de novembro 2023 a Companhia passou a utilizar o benefício do Perse, ficando reduzida a zero a alíquota de IRPJ e CSLL para a venda de ingressos do parque.

24 Seguros (Não auditado): Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro	Cobertura	Vigência	Seguradora
Gestão de Riscos	Limite máx. garantia apólice R$55.000.000,00	05/12/2023 a 05/12/2024	AXA Seguros
Responsabilidade civil	Limite máx. garantia apólice R$5.000.000,00	01/12/2023 a 01/12/2024	AXA Seguros
Seguro D&O Diretores, Conselheiros e Administradores	Limite máximo garantia apólice R$5.000.000,00	06/06/2023 a 06/06/2024	AXA Seguros

15 Partes relacionadas: 1. Remuneração da administração: A Companhia é administrada por uma diretoria formada por 6(seis) membros residentes no país. No exercício encerrado de 2023, não ocorreram despesas com esses administradores, visto que eles são remunerados diretamente pelas empresas investidoras. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

2 Dividendos a distribuir

	2023	2022
Dividendos a distribuir	9.569	3.715
	9.569	**3.715**

Conforme estabelecido no estatuto social, 95% do lucro líquido deve ser destinado a dividendos mínimos obrigatórios. Os valores destinados a dividendos a distribuir em 2022 e 2023, não foram pagos.

16 Debêntures a pagar

	Taxa de juros	Principal	Encar.	2023	2022
Debêntures primeira série a pagar	135% CDI	5.000	419	5.419	-
Debêntures segunda série a pagar	130% CDI	4.210	339	4.549	-
Total		**9.210**	**758**	**9.968**	**-**

Foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de julho de 2023, a aprovação da emissão de 10.000 (dez mil) debêntures no valor total de R$ 10.000 (dez milhões de reais), sendo dividida em duas séries de R$ 5.000 (cinco milhões de reais) cada uma. As debêntures de primeira série serão pagas com remuneração de 135% do CDI, e terão vencimento em 31 de janeiro de 2024. As debêntures de segunda série serão pagas com remuneção de 130% do CDI, e terão vencimento em 31 de julho de 2024. As movimentações das debêntures estão assim demonstradas:

	2023	2022
Saldo do início do exercício	-	-
Captações	9.210	-
Juros e atualizações	758	-
Saldo no final do exercício	**9.968**	**-**

25 Instrumentos Financeiros a) Classificação contábil e valores justos: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Ativos Financeiros	Classificação	2023	2022
Caixas e Bancos	Custo amortizado	86	352
Contas a receber	Custo amortizado	724	1.602
Aplicações Financeiras		-	-
Total dos ativos financeiros		**810**	**1.954**
Passivos Financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	946	2.535
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.570	2.551
Empréstimos financeiros	Custo amorizado	14.371	22.253
Debêntures	Valor justo por meio de resultado	9.968	-
Total dos passivos financeiros		**27.855**	**27.339**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e estrutura de capital;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***Estrutura do gerenciamento de risco:*** A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa. As políticas de gerenciamento de risco da Companhias são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. ***Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes da Companhia, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa suas perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para Companhias de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes e expectativa de realização da Companhia. ***Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'. ***Risco de mercado:*** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, como os preços dos produtos comercializados e serviços prestados ou produzidos pela Companhia dos demais insumos utilizados no processo de produção, têm nos ganhos do Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **b) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que a controladora tem de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

26 Eventos subsequentes: Em 29 de fevereiro de 2024 a empresa realizou a quitação das debentures de série 1. Até a data de emissão do relatório de auditoria não identificamos eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas SPBW Parques e Entretenimento S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da SPBW Parques e Entretenimento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)). **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos**: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de junho de 2023, sem ressalvas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de Maio de 2024
PricewaterhouseCoopers- Auditores Independentes Ltda.
Carlos Alexandre Peres - Contador CRC 1SP198156/O-7 CRC 2SP000160/F-6

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 27/05/2024 18:00:12 com o número de série 2AA71D011FE70A53.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/28683

ICP Brasil